

## Cultura informacional: valores expressos na legislação do ensino superior de Moçambique

Luana Maia Woida  
Doutora em Ciência da Informação  
Docente no PPGCI-Unesp  
luanamwoida@yahoo.com.br

Ácia Domingos Cumbane Sambo  
Doutoranda em Ciência da Informação  
aciacumbane@gmail.com

### Resumo

A cultura informacional envolve critérios fundamentais, valores e crenças, que refletem no comportamento informacional, consistindo no modo como a informação é interpretada e manejada por indivíduos e grupos. O objetivo da pesquisa foi discutir quais são os valores na cultura informacional voltada à Instituição de Ensino Superior (IES) de Moçambique. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental, a partir da coleta de legislação do ensino superior e Plano Estratégico do Ensino Superior de Moçambique com nível exploratório e abordagem qualitativa, buscando-se como fontes, artigos científicos e teses que discutem a temática, priorizando-se a consulta a base de dados BRAPCI e SCIELO. Obteve-se junto a três dos cinco documentos que regem a legislação do ensino superior moçambicano, alguns dos valores e princípios expressos. Os valores que alicerçam a cultura informacional têm base na 'participação social, cultural e científica'; 'comprometimento social e comunitário'; 'valorização da cultura acadêmica'; 'Reforço da cidadania'; 'Inovação'; 'Criatividade'; 'Democracia e respeito pelos direitos humanos'; 'Autonomia'; 'Liberdade de pensamento e de expressão'; 'Igualdade, equidade e não discriminação'.

**Palavras-chave:** Valores; Princípios; Cultura Informacional; Comportamento informacional; Ensino Superior.

### *Information culture: values expressed in Mozambique's higher education legislation*

### Abstract

*Information culture involves fundamental criteria, values, and beliefs, which reflect on information behavior, consisting of the way information is interpreted and handled by individuals and groups. The objective of the research was to discuss what the values are in the information culture aimed at Higher Education Institutions (HEIs) in Mozambique. Bibliographic and documentary research was used, based on the collection of higher education legislation and the Strategic Plan for Higher Education in Mozambique with an exploratory level and qualitative approach, seeking as sources, scientific*

*articles and theses that discuss the topic, prioritizing consultation of the BRAPCI and SCIELO databases. Results: Some of the expressed values and principles were obtained from three of the five documents that govern Mozambican higher education legislation. The values that underpin informational culture are based on 'social, cultural and scientific participation'; 'social and community commitment'; 'valuing academic culture'; 'Reinforcement of citizenship'; 'Innovation'; 'Creativity'; 'Democracy and respect for human rights'; 'Autonomy'; 'Freedom of thought and expression'; 'Equality, equity, and non-discrimination'.*

**Keywords:** Values; Principles; Informational Culture; Information behavior; University education.

## 1 INTRODUÇÃO

A cultura informacional (CI) envolve comportamentos sociais, atitudes e valores que influenciam na forma como as pessoas usam, interpretam e assimilam a informação e no conhecimento no ambiente organizacional.

As práticas culturais são distintas e ajustadas às necessidades informacionais das organizações, as quais se moldam à disponibilidade de acesso e tratamento, bem como ao uso da informação moldado pelos indivíduos em seus contextos laborais. As normas são capazes de determinar as práticas adotadas por indivíduos e grupos, uma vez que estipulam quais são as mais relevantes e necessárias para atingir determinados objetivos.

A informação é um componente importante e que favorece a produtividade e a capacidade de execução do trabalho pelos indivíduos. Assim, nota-se que a valorização da informação e dos possíveis comportamentos decorrentes e atrelados a ela ainda precisam permanecer na agenda de interesses e preocupações das organizações.

Nesse caso, é necessário definir o que é valor cultural, considerando seu efeito central nos comportamentos dos indivíduos e das organizações. Johnson (1997, p. 247), argumenta que se trata de uma “ideia comum sobre como alguma coisa é classificada em termos de desigualdade, mérito ou perfeição sociais relativas”. O autor sinaliza ainda que os valores são usados para classificar coisas abstratas, objetos, experiências, comportamentos e características de uma pessoa e, ‘estados de ser’ de alguém.

Cultura informacional corresponde a um fenômeno coletivo, é o que permite a relação entre os membros de uma organização através da sua filosofia, influenciando na capacitação, no desenvolvimento das competências e das práticas em todos os níveis organizacionais, bem como traz implicações na adoção de tecnologia, nas ferramentas, nos modelos de gestão e no uso eficaz da informação. Desse modo, o artigo propõe uma discussão sobre os valores e crenças da cultura informacional voltada à Instituição de Ensino Superior (IES), considerando-se que indivíduos, grupos e organizações devem usar a informação de forma mais crítica, com habilidades de seleção e escolha de fontes confiáveis para a tomada de decisões e execução de tarefas rotineiras.

Para realização da pesquisa optou-se pelo levantamento bibliográfico, através de fontes de informação que priorizaram artigos e teses que se debruçam sobre a temática, com consultas à Base de Dados em Ciência da Informação BRAPCI e SCIELO, bem como se adotou uma pesquisa documental, baseada na legislação do ensino superior e plano estratégico do ensino superior de Moçambique. A legislação é composta pela ‘Colectânea de Legislação do Ensino Superior’, pelo ‘Regulamento de Licenciatura e Funcionamento das Instituições de Ensino’, pela ‘Criação de Universidades Resultado da Reestruturação da UP’, e ‘Decreto 85\_2018’<sup>1</sup>. É com base em tal

<sup>1</sup> Legislação disponível em: <https://www.mctes.gov.mz/legislacao-do-ensino-superior/>, que provê referências abrangentes para os princípios e práticas das IES de Moçambique. Outras legislações específicas podem ser consultadas em: <https://www.mctes.gov.mz/category/documentos/legislacao/>

legislação que o país edifica e busca construir princípios para as práticas, visando fazer avançar o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão moçambicano.

Desse modo, a pesquisa pretendeu responder à seguinte questão: Quais são os valores voltados à cultura informacional para instituição de ensino superior de Moçambique? E, como esses valores aparecem declaradamente na legislação do ensino superior de Moçambique? Deste questionamento, emerge o objetivo geral desta investigação: identificar os valores da cultura informacional na legislação para as IES de Moçambique.

Seguindo uma perspectiva de discussão cujo pano de fundo são as normativas referentes às instituições de ensino superior de Moçambique, responsáveis por alicerçar e regulamentar as práticas destinadas a esse ambiente, cita-se o Plano Estratégico do Ensino Superior - (PEES) (2012-2020, p. 31<sup>2</sup>) desse país, no qual entende-se por IES pessoas colectivas de direito público ou privado, com personalidade jurídica, que gozam de autonomia científica e pedagógica, administrativa, disciplina, financeira, patrimonial e classificam-se consoante a sua missão ou tipo de propriedade ou financiamento.

A IES constitui instituição de ensino superior com finalidade de habilitar indivíduo em competências no exercício das atividades no mercado de trabalho. Esta organização consolida comportamentos através das atitudes dos indivíduos e favorece a cultura da aprendizagem, a qual considera-se, para a presente discussão, estar profundamente alicerçada na cultura informacional.

Além disso, são conhecidas como as primeiras organizações educacionais e, tal como as bibliotecas, tem primazia em estimular habilidades de acesso, seleção, uso e avaliação da informação para produção conhecimento. No Quadro Nacional de Qualificações do Ensino Superior (QUANEQES) compreende-se que,

Aprendizagem, são resultados obtidos através dos conhecimentos, do nível de compreensão e aptidões adquiridas pelo estudante ao longo do processo de aprendizagem. Conhecimento é resultado da assimilação de informação ao longo de um processo de aprendizagem e podem ser definidos como teóricos ou factuais. As habilidades consistem na capacidade que os estudantes adquirem para aplicar conhecimentos e utilizar os recursos para concluir tarefas e solucionar problemas, podem ser cognitivas que se referem à capacidade de utilização do pensamento lógico intuitivo e criativo, bem como práticas referentes a capacidades de destreza manual e de recursos a método, materiais, ferramentas e instrumentos. Competências, são constituídas por um conjunto de capacidades que permitem realizar tarefas, cumprir obrigações, utilizar conhecimentos e aplicar metodologias em situações profissionais e em contexto de estudos [...] (Coletânea de Legislação do Ensino Superior de Moçambique, 2012, p. 47).

Por sua vez, autores como Fernandez e Ponjuán-Dante (2014, p. 27) entendem que as IES manifestam mais fortemente a cultura informacional, destacando-se os seguintes princípios: 1) fortes sentimentos de iniciação ou ruptura no espaço de atribuição de novos conhecimentos; 2) ciclo de vida curto ou longo de aprendizagem aos discentes e, contínuo a professores e académicos; 3) distribuição hierárquica de níveis de autoridade e acesso à informação e; 4) busca de conhecimento científico. Esses são alguns princípios que alteram as condições nas quais a informação é valorizada, produzida e manejada nas IES.

Mostra-se pertinente a necessidade de desenvolver estudos sobre as IES em relação aos valores voltados à cultura informacional (Coletânea de Legislação do Ensino Superior de

Moçambique, 2012, p. 34), considerando que eles interferem na missão dessas organizações. A missão dessas organizações é tão relevante que as coloca em determinadas classificações ou categorias:

- a) universidades, instituições que possuem capacidade humana e material para o ensino, investigação científica e extensão em vários domínios do conhecimento, proporcionando uma formação teórica e acadêmica, estando autorizada a conferir graus e diplomas acadêmicos;
- b) institutos superiores, instituições especializadas filiadas ou não a uma universidade, que se dedicam à formação e investigação no domínio das ciências e da tecnologia ou das profissões, bem como a extensão e estão autorizadas a conferir graus e diplomas acadêmicos;
- c) escolas superiores, instituições de ensino superior filiadas ou não a uma universidade, a um instituto superior ou a uma academia, que se dedicam ao ensino e à extensão em um determinado ramo de conhecimento e que estão autorizadas a conferir graus e diplomas acadêmicos;
- d) institutos superiores politécnicos, instituições de ensino superior filiadas ou não a uma universidade, que oferecem estudos gerais ou uma formação profissional e que estão autorizadas a conferir certificados, excluindo o de doutor, reservando-se a atribuição de graus de pós-graduação aos institutos politécnicos filiados;
- e) academias, instituições de ensino superior que se dedicam ao ensino em áreas específicas, nomeadamente as artes, literatura, habilidades técnicas tais como as militares e policiais, formação especializada e o comércio, estando autorizadas a conferir graus e diplomas acadêmicos;
- f) faculdades, unidades acadêmicas primárias de uma universidade ou de um instituto superior que se ocupa de ensino, investigação, extensão, e aprendizagem num determinado ramo do saber envolvendo a interação de vários departamentos acadêmicos e a provisão de ensino conducente à obtenção de um grau ou diploma.

Desse modo, a pesquisa se justifica para compreender o que é a cultura informacional, bem como quais são os valores e crenças que fornecem sustentação para essa cultura nas IES. Desperta-se a necessidade de uma verificação sobre o tema junto às bases de dados científicas, identificando quanto de produção sobre o tema vem ocorrendo no decorrer do tempo. Nesse sentido, escolheu-se a base *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), considerando que esta é uma base de periódicos e livros ibero-americanos, possibilitando acesso grandes volumes de publicações com acesso livre. Assim, escolheu-se como descritor 'cultura informacional' para ser usado no campo de busca, sem adotar buscas restritas em palavras-chave e título. O resultado da busca realizada em 25 dezembro de 2023 mostra a recuperação de 31 documentos. Ao adicionar o descritor 'instituição de ensino superior', não se obtiveram documentos recuperados. Além disso, observa-se que a produção recuperada se inicia em 1992, apresentando irregularidade, mas com uma curva crescente, indicando interesse acadêmico em revisitar o tema em suas diferentes possibilidades no decorrer dos últimos 30 anos. Essa insistência em realizar pesquisas sobre o tema pode ser motivada pelas diferentes aplicações e problemas, bem como que o tema é requerido todas as vezes que ferramentas, tecnologias ou mesmo modelos de gestão passam a ser alvo de investigações por áreas como a ciência da informação, em que valores, pressupostos, mitos, ritos se mostram centrais.

Uma segunda busca foi realizada, porém, na base BRAPCI, adotando-se as mesmas palavras-chave, cuja recuperação resultou em 218 documentos, indicando algumas das possibilidades de tratamento dado ao tema. Entre eles, destaca-se a aplicação no ambiente empresarial, no ambiente acadêmico, ou vinculando-o à sociedade da informação, ao desenvolvimento de competências, entre outros. Quando a busca realizada inclui a expressão

‘ensino superior’, o resultado é a recuperação de três documentos, indicando que os problemas vinculados ao tema ‘ensino superior’, ainda precisam de pesquisas.

## 2 DEFINIÇÃO E MARCO TEMPORAL DA CULTURA INFORMACIONAL E INFORMAÇÃO COMO ARTEFATO CULTURAL

A cultura informacional configura-se em um contexto de construção, compartilhamento e práticas alicerçadas em elementos simbólicos, necessários para fomentar a realização de condições para o desenvolvimento de competências e habilidades informacionais sobre a qualidade e avaliação da informação. Mostra-se relevante a identificação de valores voltados à cultura informacional para a instituição de ensino superior, por ser considerada espaço inerente à apreensão e ao compartilhamento do conhecimento.

Emerge de forma difusa e secundária como consequência de estudos que tiveram início na segunda metade da década de 1990 com pesquisas que relacionam cultura, informação, desempenho, impactos da informação e do conhecimento em um ambiente organizacional inundado pelas tecnologias de informação e comunicação (TIC) (Moraes & Barbosa, 2015). Por outro lado, para Santos e Valentim (2018, p. 69) existem divergências sobre a origem da cultura informacional, considerando que surgiu em 1970, através de pesquisas sobre a sociedade da informação.

Uma segunda explicação para seu surgimento é que ocorreu na década de 1980, quando a cultura organizacional passou a ser relevante frente aos problemas trazidos pela adoção de sistemas computacionais inseridos nas organizações. Considera-se Ginman (1988) precursora do uso do termo ‘cultura informacional’, sendo que destacou a interação entre a cultura da informação no que diz respeito aos interesses e uso da informação. Além disso, compreende-se essa cultura como a dinâmica "em que a transformação dos recursos intelectuais é mantida ao lado da transformação dos recursos materiais" (Choo, 2008, p. 793).

A cultura informacional é percebida como a capacidade de compreender e utilizar também a informação impressa nas atividades quotidianas, em casa, no trabalho e em eventos sociais, a fim de cumprir seus objetivos, desenvolver seus conhecimentos e seu potencial (Artiles-Visbal; Gonzales, 2000).

Autores como Curry e Moore (2003) entendem a CI como uma cultura na qual “o valor e a utilidade da informação em alcançar o sucesso operacional e estratégico é reconhecido, em que a informação forma a base da decisão organizacional e a tecnologia da informação é explorada como um facilitador para sistemas de informação eficazes”.

A cultura informacional se alicerça em fatores sociais, tecnológicos e em mudanças econômicas, de produtos, valores, estilos de vida, em relação à informação ou à sociedade em rede, de novas habilidades e no desenvolvimento de novas competências (Kisilowska, 2015).

Segundo Woida (2017), há maior facilidade em discutir a cultura informacional na esfera social e educacional por constituírem espaços frutíferos que fortalecem comportamentos específicos de busca, registro e produção de informação pelos indivíduos visando produzir conhecimento.

Assim, compreende-se por informação os artefatos culturais concebidos, construídos, percebidos e sustentados nas percepções sociais que se originam da relação entre integrantes de um grupo e com fontes externas e internas à organização e que recebem atenção no processo de busca, produção e registro por se constituírem valiosos na solução de problemas do grupo.

De igual modo, os indivíduos produzem artefatos fundamentados em aspetos sócio-históricos, que estabelecem significados no cenário social a partir de características internas da organização no que concerne à sua produção (Marteleto, 1995).

De acordo com Woida (2008), a cultura informacional tem sido favorecida pela interação de três elementos: pessoas, tecnologias de informação que se constituem em elementos inseparáveis da sociedade da informação (SI). Além disso, no que tange aos fatores econômicos, a informação exerce papel fundamental, auxiliando em decisões sobre criação de renda, uso

criativo de conteúdos, ferramentas, e pode resultar em inovação direcionada a produtos e serviços.

Nessa ordem de ideias, a SI é compreendida “como um modo de desenvolvimento social e econômico em que a aquisição, armazenamento, processamento, valorização, transmissão, distribuição e disseminação da informação” conduzem à criação de conhecimento e à valorização e manejo de informação por cidadãos e empresas. Assim, essa sociedade desempenha um “papel central na atividade econômica, na criação de riqueza, na definição da qualidade de vida dos cidadãos e das suas práticas culturais” (Livro Verde, 1997).

Destaca-se que a cultura informacional nasce em um contexto de produção e valorização intensiva da informação por áreas, profissões, empresas e países. Em um momento em que a sociedade se constrói e se reafirma como “da informação”, exerce uma função sobre a produção e uso da informação e sobre como seus elementos simbólicos alcançam influência, por meio de valores e crenças centrais sobre a gestão e resultados informacionais. Assim, a informação nutre e auxilia na construção da cultura, mas também, seus os tipos de informação e o formato do manejo, resultam dela.

### 3 DIMENSÕES, FUNÇÕES E TIPOS DE CULTURA INFORMACIONAL

Os tipos de cultura informacional objetivam a promoção de gestão eficaz, de normas e comportamentos concernentes à necessidade de informação, ao estímulo e à cooperação em atitudes sobre a informação (Choo, 2013). Nessa perspectiva, mostra-se importante o compartilhamento dos valores da IES, os quais podem estar alicerçados na investigação, formação, extensão, inovação e internacionalização institucional.

A CI possui duas principais dimensões (Choo, 2013 p.776): a) valores e normas da informação com base no controle e integridade da informação, em que o foco principal encontra-se no compartilhamento e no fluxo de informação, isto é, a organização atribui valor ao uso e à coleta da informação para o controle das atividades internas, no desempenho, compartilhamento, colaboração e inovação; b) comportamentos informacionais têm essência na busca e uso de informações presentes no ambiente da organização, destacando-se o âmbito externo, pois é com base em informações dele que se torna possível antecipar mudanças.

De acordo com Marteleto (1995), a materialização do objeto informacional se torna pertinente nos processos de produção, distribuição e consumo. Nesse caso, a produção refere-se a símbolos que determinam pressupostos, processos, sistemas de produção, circulação e consumo de bens culturais e que se revelam em: produção artística, científica, filosófica, educacional, seguindo-se espaços sociais de consumo e disseminação, através de editoras, bibliotecas, arquivos, museus, incluindo-se a indústria de bens culturais.

Por sua vez, Woida (2017, p.17) destaca que,

A cultura informacional interfere no nível de consumo de serviços de informação; prevê movimentos de resistência aos valores, crenças e rituais; determina os hábitos de uso da informação e interfere nas políticas de recursos humanos e de gestão do conhecimento e que contribuem para a gestão documental.

Por outro lado, autores como Marchand, Kettinger e Rollins (2001, p. 70 *apud* Moraes; Barbosa, 2015, p.135) sugerem que a cultura informacional pode ser “[...] um modelo para gerir e utilizar de modo eficaz a informação”, concebendo-a como um modelo de orientação informacional (OI), caracterizado por três capacidades vitais: a) relacionada com tecnologia de informação, b) gestão da informação, valor e comportamento relacionado a informação e, c) capacidade da organização estimular e capacitar o uso eficaz da informação. Assim, verificam-se diferentes culturas na organização que influenciam na facilidade da informação estabelecer-se como eficaz ou não.

Para Choo (2013), os tipos de cultura baseiam-se em valores, normas da informação e comportamentos de informação, constituindo quadrantes compostos por quatro tipos: orientada a resultados, composta por seguidores de regras, baseada em relacionamento e assunção de risco que, por sua vez, são descritas a partir de cinco atributos: com fundamento na gestão da informação; valores e normas da informação, comportamento da informação em termos de necessidade de informação; busca de informação e uso de informação. Segundo Choo (2013, p. 776-777) os tipos de cultura podem ser os descritos no quadro 1, podendo ocorrer simultaneamente e com perfis distintos, a depender da configuração da organização.

#### Quadro 1 - Tipologia de cultura de informação

Cultura orientada a resultados	Os valores e normas da informação enfatizam o controle e a integridade: informações precisas e confiáveis são valorizadas para avaliar o desempenho e o alcance de metas. Há um foco em informações externas.
Cultura de cumprimento de regras	[...] as informações são gerenciadas para controlar as operações internas e para reforçar regras e políticas. Os valores e normas da informação enfatizam o controle e a integridade: informações precisas e confiáveis são usadas para controlar ou padronizar processos, melhorar a eficiência e garantir a conformidade. Há um foco nas informações internas.
Cultura baseada em relacionamento	[...] a informação é gerenciada para incentivar a comunicação, a participação e um senso de identidade. Os valores e normas da informação enfatizam o compartilhamento e o uso proativo da informação. Estes valores promovem a colaboração, a cooperação e a vontade de tomar a iniciativa de contribuir e agir com base na informação. Há um foco nas informações internas.
Cultura de assumir riscos	[...] a informação é gerenciada para incentivar a inovação, a criatividade e a exploração de novas ideias. Os valores e normas da informação enfatizam o compartilhamento e o uso proativo da informação. Estes valores promovem a inovação, o desenvolvimento de novos produtos ou capacidades e a ousadia para tomar a iniciativa. Há um foco em informações externas.

Fonte: Choo (2013, p.776-777).

Assim, compreende-se que as diferentes culturas são influenciadas por elementos como a estrutura organizacional, como as decisões e tipo de interação com o mercado (monopólio, oligopólio, concorrência perfeita, entre outros), como o setor (público ou da iniciativa privada), como a disponibilidade e acesso a determinados tipos de estruturas e meios de escoamento, como o segmento de atuação, a quantidade de trabalhadores, os níveis e estratégias de internacionalização que adota. Tratando-se, nesse caso, de uma composição complexa que influencia quanto uma organização precisará interagir com um ambiente externo, quanto precisará ser integrada entre suas funções e setores, bem como quanto precisará antecipar as decisões para a manutenção, estabilidade ou mudanças necessárias no ambiente interno.

## 4 VALORES NA CULTURA INFORMACIONAL

Compreende-se que “valores e normas da informação enfatizam o compartilhamento e o uso proativo da informação, cujos valores promovem a colaboração, a cooperação e a vontade de tomar a iniciativa de contribuir e agir com base na informação”, entendendo-se que tais valores e normas podem dar foco na informação interna da organização (Choo, 2013, p. 777).

Considerando que a IES é alicerçada nos princípios de investigação, formação, extensão, inovação e internacionalização institucional, abre-se precedente para que os valores da cultura informacional se tornem centrais. Nessa ordem de ideias, a CI se caracteriza por vínculos com temas e práticas sobre trabalho em equipe, inovação, qualidade, produtividade, comunicação e tomada de decisões, com transformação da informação em recurso estratégico, evoluindo para uma análise de fluxos de informações.

Percebe-se que o interesse em desenvolver a CI deve se originar na própria organização, incorporando-a como uma norma espontânea, caracterizada por ser coletiva e adotada nas formas de agir, bem como estimulando a cultura do aprendizado e da aceitação às mudanças. Consequentemente, a organização se desenvolve para uma fase em que a existência e o uso da informação são cruciais para as atividades rotineiras (Rasera, 2002).

Os valores emergem em diferentes situações, e são percebidos em rituais aos quais os indivíduos estão submetidos na execução do trabalho. Assim, “Valores são partes importantes de todas as culturas porque influenciam a maneira como pessoas escolhem e como os sistemas sociais se desenvolvem e mudam” (Jonhson, 1997, p. 247).

Com esse cenário, a valorização da informação na produção de conhecimento torna-se fundamental, inclusive como estímulo para práticas e formas de pensar que promovam o coletivo a manejar a informação de maneira mais produtiva. Tais práticas revelam os elementos da cultura, com destaque para: normas, políticas de liderança, aliança, estratégia de motivação com base no compartilhamento de informação e relacionada aos valores promovidos pela organização, estes direcionados aos membros.

As vantagens na adoção de um padrão de valores compartilhados destinados ao manejo e valorização da informação podem repercutir na descentralização na tomada de decisão, com maior envolvimento de funcionários, nas habilidades e nos comportamentos mais eficientes, em melhor comunicação e na atenção às necessidades dos membros da organização, no aumento do trabalho em equipe, no apoio a pessoas e na resolução de problemas em equipe, visando ainda avaliar a importância da participação dos profissionais na transformação da atividade informativa, com base nas metas e objetivos da organização (Fernández & Ponjuán-Dante, 2014). Assim, compreende-se que valores se conectam ao compartilhamento da informação, apresentando critérios para como a informação deve ser percebida.

Por sua vez, normas são padrões e regras aceitos e valorizados pelo grupo e que ditam regras sobre os comportamentos informacionais considerados normais para o referido contexto. Elas regulam as atividades cotidianas, bem como as sazonais e de baixa frequência. Nessa ordem de ideias, as normas também podem ser informais, com informações não documentadas sobre o cotidiano do grupo, a partir da definição de comportamentos esperados e pertinentes para a socialização na organização (Choo, 2008).

Choo (2008) inclui entre as normas presentes na cultura informacional, as descritivas, pois apresentam a descrição do que várias pessoas fazem na mesma situação e detalham quais comportamentos são esperados na execução do trabalho. Resultam nas práticas de informação com padrões contínuos que interligam pessoas, informação e tecnologia no decurso do desempenho do trabalho.

A Coletânea de Legislação do Ensino Superior de Moçambique (2012, p. 61) normatiza três classes de informação principais: informação relativa ao perfil da instituição; informação do programa ou do curso; informação de cada disciplina ou módulo. O Sistema Nacional de Acumulação e Transferência de Créditos Acadêmicos, SNATCA tem objetivo de:

- a) Aumentar a transparência dos programas e cursos, por forma a permitir que os estudantes façam escolhas apropriadas das áreas de estudo;
- b) b) Flexibilizar a escolha de disciplinas pelos estudantes permitindo-lhes organizar os planos de estudo de acordo com as suas necessidades;
- c) c) Facilitar a mobilidade horizontal, vertical e diagonal dos estudantes, através da troca, transferência ou mudança de curso;
- d) d) Permitir a acumulação e transferência de créditos numa perspectiva de formação ao longo da vida;
- e) e) Permitir a competitividade e mobilidade dos estudantes e docentes no país, na região e no mundo;
- f) Facilitar o acesso ao mercado de trabalho dos graduados;
- g) Promover o processo de ensino e aprendizagem centrado no estudante;

- h) Facilitar a atribuição de equivalências às qualificações obtidas no exterior;
- i) Oferecer garantias de qualidade e empregabilidade dos graduados das IES (Coletânea de Legislação do Ensino Superior de Moçambique, 2012, p. 59).

Esse Sistema Nacional de Acumulação e Transferência de Créditos Acadêmicos é uma demonstração das práticas normativas adotadas pela IES e que formam os valores da cultura informacional, em especial, em relação processo de cursar o ensino superior, mas também é nítido, a presença de uma preocupação em como promover a empregabilidade. Para Artilles-Visbal e González (2000), a IES tem grande importância em promover o desenvolvimento de competências a partir da transmissão de conhecimento.

Fernandez e Ponjuán-Dante (2014) discutem sobre a concretização da CI, necessitando da educação e da autoaprendizagem dos indivíduos no desenvolvimento da gestão da informação na organização. De acordo com Smith (2013), o sucesso da CI consiste no valor da gestão da informação através de normas e ações de promoção dos objetivos compartilhados nos valores e uso da informação, mediante a consonância entre a cultura organizacional e a informacional. Woida (2008) considera que ambas possuem funções distintas, em que a primeira se preocupa em discutir questões mais amplas, sendo descrita como complexa, com valores mais abrangentes, e a segunda prende-se nas especificidades da organização, com foco no papel da informação e das TIC. Por conseguinte, os valores que competem à cultura informacional serão específicos e centrados sobre a informação.

Embora a CI e a cultura computacional não tenham a mesma designação, Woida (2017) alerta que:

cultura informacional não é sinônimo de cultura computacional é preciso ter habilidades específicas para produzir e avaliar a qualidade da informação, expressa-se em competências como ser capaz de motivar outros membros da organização e estimular fluxos de informação e, por fim, a cultura informacional enfatiza o uso da informação por meio de padrões comportamentais que expressam competências informacionais (Woida, 2017, p.71).

Os efeitos dessa dinâmica que transforma a cultura informacional em padrões comportamentais também são notados quando grupos de natureza acadêmica, constituídos por membros que contém o mesmo objetivo, que é o de promover junto à comunidade o compartilhamento e a coesão de sentimentos e atitudes. Foi possível notar tais efeitos na comunidade ao final da década 80. É necessário, considerar a existência de características, formas e ferramentas para a descrição da CI (Fernández; Ponjuán-Dante, 2014).

Nesse contexto, o processo de disseminação da cultura informacional ocorre de diferentes formas de comunicação, audiovisual, uso de texto como se verifica na cultura impressa com destaque para a capacidade visual e de disseminação. Esse fato teve início através do uso da escrita, especificamente do conhecimento do alfabeto, por meio do qual foi possível a massificação dos conteúdos, que mais tarde seria intensificado pela tipografia e pela tecnologia na produção das publicações científicas e da cultura do livro. Percebe-se que na IES, tal como em outras organizações, os indivíduos se caracterizam por pertencerem a diversas etnias, grupos sociais, econômicos, faixas etárias, preferências e necessidades. Isso, por sua vez, influencia na execução de processos nas atividades diárias entre docentes, estudantes e outros membros (Dudziak, 2010).

Desse modo, Smith (2010), ao discutir sobre diferentes tipos de cultura na organização, destaca os fatores de demanda da política cultural, social, educacional, conjuntura econômica, avanço tecnológico, pesquisas sobre cultura organizacional e valores voltados à informação, em que os membros da organização possuem atitudes variadas.

Nesta ordem de ideias, as IES devem possuir sistemas de colaboração capazes de criar hábitos básicos e avançados de literacia. Segundo a *American Library Association* (ALA) (1989), a CI pode ser compreendida como a condição necessária para que indivíduos possuam competência em informação, partindo do reconhecimento da necessidade informacional para localizar, avaliar, usar e produzir conhecimento através da sua apreensão contínua na realização de atividades e na tomada de decisão.

A dinâmica para promover a CI inclui: a) aprendizagem *online*, que consiste na troca, manipulação, acesso, processamento, comunicação e conhecimentos com padrões de comportamento de uso eficaz da informação; b) uso de infotecnologias que incidam na percepção sobre os recursos, informação com qualidade, organização e distribuição de formas de comunicação que possibilitem a troca de conhecimento em bases de dados, que gerem e que realizem monitoria de buscas críticas, eficientes, com inclusão digital, capacitação contínua dos docentes, estudantes e da administração em ambientes acadêmicos, mediante o uso do conhecimento e de estratégias de gestão (Fernández; Ponjuán, 2014).

No cenário moçambicano a IES tem alicerce na dimensão ética e cultural, sendo que a primeira "baseia-se no respeito mútuo e se institui como princípio basilar nas relações interpessoais e institucionais, e que deve orientar estudantes, docentes, corpo técnico administrativo e todos actores da IES (...)" (Plano Estratégico do Ensino Superior, 2000-2020, p. 68).

Na legislação do ensino superior de Moçambique (2012), destaca-se que, ao desenvolver e promover a partilha de novos conhecimentos enfatizando procedimentos de interação, envolvendo comunicação direcionada para estudantes e professores, tendo como resultados esperados atividades que estimulam a diversidade através de seminários, debates, palestras, mesas redondas, aulas expositivas, de laboratório, trabalhos práticos, em grupo e simulações, além de oferecer o máximo de atividades, trabalho de campo, estágios, estudo individual que fomentam ações críticas, criativas e conscientes, visando com tudo isso, maior disseminação e acesso ao conhecimento e à dimensão multicultural.

Destacam-se ações direcionadas para promover e consolidar a aprendizagem, sem esquecer da dimensão cultural na qual a IES moçambicana está inserida e em relação à qual os comportamentos informacionais da comunidade académica repercutem os valores, pressupostos e rituais dessa dimensão.

A dimensão cultural permite aos estudantes ampliar o seu campo referencial dotado de uma maior flexibilidade intelectual concorrendo fortemente para uma maior realização pessoal e profissional. Tendo em conta a complexa crescente da sociedade contemporânea, de conflito entre a tradição e a modernidade [...] o conhecimento cultural é uma garantia para uma interpretação mais eficaz das tendências de exigências dessas mesmas sociedades e IES [...] (Plano Estratégico do Ensino Superior, 2000-2020, p. 68).

Além dos processos destinados a disseminar informação, a garantir a aprendizagem e a assimilar a cultura, as infotecnologias também ganham destaque nesse contexto da CI conforme sustentam Fernández e Ponjuán (2014).

Segundo Artiles-Visbal e González (2000), as IES devem auxiliar no ensino, na pesquisa e na extensão. No entanto, há limitações relacionadas à ausência de interesses comuns: ambiente cultural interno (sobre ambiente virtual e físico); interação com ambiente cultural externo em relação aos setores económicos, políticos e sociais, incluindo outras comunidades; apresentam determinados níveis de literacia informacional compartilhando a sua própria cultura informacional e organizacional, bem como na informação, competências, crenças e costumes associados à sua gestão flexível, que influenciam no processo de liderança, participação, motivações, criatividade informacional e tomada de decisão. Compreende-se que materiais

eletrônicos e analógicos, tais como, bibliotecas digitais e repositórios convivem no mesmo ambiente e oferecem serviços de informação com eficiência.

De acordo Fernandez e Ponjuán-Dante (2014), existem características e espaços para a CI voltada às IES, tratando-se em muitos casos da formação de ambiente híbrido, que estimula o desenvolvimento dessa cultura: i) apresentar à instituição a missão, a visão, os objetivos, as ações estratégicas, tomando em consideração a sua função na sociedade, na atualidade e para o futuro, através de planos estratégicos de ação, refletidos no organograma e nos fluxos informacionais; ii) indicação da presença de costumes, crenças, experiências, competências informacionais praticadas na organização.

Nesse caso, a cultura informacional na IES está vinculada à utilização da TIC, de modo estratégico e com foco na infraestrutura, necessária para a ampliação do alcance do ensino e da pesquisa; bem como na cooperação para se inserir em rede de bibliotecas nacionais e internacionais; para impulsionar a IES na construção de repositório digital de bibliografia; promover na IES a concepção de espaços com acesso às TIC. Porém, se compreende que não são todas as IES que possuem acesso pleno à TIC, o que contraria o plano estratégico de ensino superior no qual afirma-se que todas as IES teriam acesso às TIC até 2014. Desse modo, Artiles-Visbal e Gonzáles (2000) entendem que espaços acadêmicos são locais que estimulam e fomentam condições para a realização da cultura informacional com: a) forte sentimento para adquirir novos conhecimentos; b) aprendizagem informacional aos estudantes, e contínua a docentes; c) distribuição hierárquica, níveis de autoridade e acesso à informação; e d) busca de conhecimento científico.

Artiles-Visbal e Gonzáles (2000) sustentam que “há relação direta entre anos de escolaridade e desempenho informacional, quanto maior a educação melhor será a CI, verificando-se diferentes níveis em relação ao desempenho informacional do cidadão com menor escolaridade”. Percebe-se que quanto menos cultura informacional, menor será a probabilidade de desempenho, adaptação, aprendizado e resposta aos desafios do contexto da organização em estratégias que favorecem a competitividade e a produtividade (Artiles-Visbal; Gonzáles, 2000, p. 52).

De acordo com a ALA (1989 *apud* Cuevas-Cerveró, Marques & Paixão, 2014) as IES ao integrar a alfabetização nos seus programas, habilitam indivíduos a possuírem competência em literacia informacional. Assim, alfabetização refere-se, essencialmente, à escrita e à leitura, abarcando distintas formas de linguagem, compostas por competências audiovisuais, digitais ou computacionais, multimídias, rede, culturais, bibliotecárias e informativo-informacionais, ampliando novas habilidades de escrita, leitura e permitindo maior inclusão social do indivíduo.

Departamentos de universidades naturalmente seguem regras de relacionamento, com foco no ambiente interno e cumprimento de normas, regulamentos e políticas (Fernandez; Ponjuán-Dante, 2014). Desse modo, valores e comportamentos voltados às informações estão diretamente relacionados à percepção, criação e uso da informação, sustentando a ideia de que estabelecerão mecanismos de interação entre as pessoas e os ambientes físico e virtual (Choo, 2008).

Ademais, as mudanças na cultura de leitura, configuradas pelo contexto tecnológico e social, interferem no comportamento e na alfabetização informacional individual, bem como nas competências indispensáveis para a vida (Kisilowska, 2015).

A cultura informacional voltada a IES é indissociável da flexibilidade, cuja mudança ocorre das necessidades que se impõem à organização. Segundo Dudziak (2010, p. 228), a aplicação de políticas da organização e nacionais para o alcance da CI deve ser disseminada na IES como estímulo ao desenvolvimento das competências informacionais, alicerçada em valores e práticas centradas no desenvolvimento de habilidades nos estudantes quanto ao uso de TIC, também com foco na aprendizagem.

## 5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo caracteriza-se por ser uma pesquisa bibliográfica de nível exploratório, com abordagem de natureza qualitativa. Para Gil (2008), a pesquisa exploratória é desenvolvida com o objetivo de proporcionar uma visão geral de determinado fenômeno e normalmente envolve levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Deste modo, foi usado o levantamento bibliográfico, que constituiu a primeira fase para conhecimento do tema. A abordagem qualitativa permitiu analisar de modo específico a cultura informacional no ensino superior, destacando seus fatos e processos, sem a preocupação de medir os dados coletados, o que ocorre essencialmente na pesquisa quantitativa, em que existe análise dos dados nas pesquisas experimentais e nos levantamentos (Gil 2008).

A pesquisa bibliográfica foi realizada com objetivo de identificar o marco teórico, discutir o que é a cultura informacional, apresentar suas dimensões, funções e compreender o que são valores para essa cultura. Entende-se por pesquisa bibliográfica a execução de um procedimento metodológico capaz de gerar, especificamente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de partida para outras pesquisas (Lima; Mioto, 2007, p. 43).

A literatura (Artiles-Visbal; González, 2000; Woida, 2017; Dudziak, 2010; Fernández; Ponjuán, 2014) utilizada para auxiliar na análise e discussão foi obtida em fontes de informação como na Brapci e em uma biblioteca universitária.

Compreende-se que a pesquisa documental inclui como fonte de coleta de dados documentos escritos ou não e fontes primárias (Marconi & Lakatos, 2003, p.174). Aplicou-se a pesquisa documental neste estudo a partir dos seguintes documentos: 'Coletânea de Legislação do Ensino Superior', 'Regulamento de Licenciatura e Funcionamento das Instituições de Ensino', 'Criação de Universidades Resultado da Reestruturação da UP', 'Decreto 85\_2018 de 26 de Dezembro', e, 'Plano Estratégico do Ensino Superior de Moçambique'. Foram buscados conceitos, características e classificação das IES, bem como valores e princípios no contexto da legislação e resoluções das IES moçambicanas. Nesse sentido, foi aplicada em documentos oficiais que ditam e regulam as práticas, objetivos e missão dessas organizações, abertura, transformação, fornecimento de informação à comunidade, entre outros objetivos de escopo mais gerais.

Em cada um desses documentos foram buscadas e coletadas as informações sobre princípios e valores nesse tipo de organização.

## 6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Recobrando o objetivo geral deste trabalho, o intuito era identificar os valores da cultura informacional das IES moçambicanas considerando como fonte de informação a legislação do Ensino Superior desse país. Desse modo, o procedimento para localizar os valores ou princípios, foi realizar a leitura de cada documento, usando como norteador a palavra 'valor' ou 'valores', mas também 'princípios, uma vez que este é considerado alicerce ou raiz para algo.

Assim, a leitura resultou na identificação de valores e princípios em três dos cinco documentos, os quais expressam valores e princípios gerais para a formação e atuação acadêmica junto à sociedade moçambicana. Um primeiro resultado é que não apenas valores são identificados, mas também a princípios, missão, entre outros elementos de sustentação cultural.

Para identificar quais valores ou princípios podem ser também considerados pertencentes à cultura informacional, resgatou-se do quadro teórico discutido no presente artigo, passagens que confirmam essa presença, cujas informações estão expostas no quadro 2.

Quadro 2- Princípios e valores na Legislação do Ensino Superior de Moçambique.

Documento	Princípios e valores declarados no documento	Ideias resgatadas do quadro teórico que indicam valores e princípios compatíveis com a legislação	Valores ou princípios que podem ter vínculo com a cultura informacional
Coletânea de Legislação do Ensino Superior de Moçambique	Para além dos princípios gerais e pedagógicos definidos nos artigos 1 e 2 da Lei nº 6/92, de 6 de Maio, as instituições de ensino superior actuam de acordo com os seguintes princípios: a) democracia e respeito pelos direitos humanos; b) igualdade e não discriminação; c) valorização dos ideais da pátria, ciência e humanidade; d) liberdade de criação cultural, artística, científica e tecnológica; e) participação no desenvolvimento económico, científico, social e cultural do país, da região e do mundo; f) autonomia administrativa, financeira, patrimonial e científico-pedagógica.	Woida (2017): É preciso ter habilidades específicas para produzir e avaliar a qualidade da informação, expressa-se em competências como ser capaz de motivar outros membros da organização e estimular fluxos de informação. Fernández & Ponjuán-Dante, 2014: promover junto à comunidade o compartilhamento e a coesão de sentimentos e atitudes. Aprendizagem <i>online</i> , que consiste na troca, manipulação, acesso, processamento, comunicação e conhecimentos com padrões de comportamento de uso eficaz da informação.	'participação social, cultural e científica'; 'comprometimento social e comunitário'; 'valorização da cultura académica'; 'Reforço da cidadania'; 'Inovação'; 'Criatividade'; ; 'Democracia e respeito pelos direitos humanos'; 'Autonomia'; 'Liberdade de pensamento e de expressão'; 'Igualdade, equidade e não discriminação'.
Plano Estratégico do Ensino Superior de Moçambique	O ES em Moçambique guia-se pelos seguintes princípios e valores: Excelência académica; Cultura académica; Liberdade de pensamento e de expressão; Autonomia; Internacionalização; Humanismo e integridade; Igualdade e equidade; Inovação permanente; Desenvolvimento gradual, integral e sustentável; Democraticidade e paz social; Empregabilidade de qualidade; Reforço da cidadania, da consciência cívica e ética; Participação activa na vida política, económica, social, cultural, desportiva e artística.	Apresentar à instituição a missão, a visão, os objetivos, as ações estratégicas, tomando em consideração a sua função na sociedade, na atualidade e para o futuro, através de planos estratégicos de ação, refletidos no organograma e nos fluxos informacionais; indicação da presença de costumes, crenças, experiências, competências informacionais praticadas na organização.	
Regulamento de Licenciatura e Funcionamento das Instituições de Ensino e revoga o Decreto 48_2010, de 11 de Novembro	Não há menção a princípios e valores.	Artiles-Visbal e Gonzáles (2000): espaços académicos são locais com: a) forte sentimento para adquirir novos conhecimentos; b) aprendizagem informacional aos estudantes, e contínua a docentes; c) distribuição hierárquica, níveis de autoridade e acesso à informação; e d) busca de conhecimento científico.	

Criação de Universidades Resultado da Reestruturação da UP	Não há menção a princípios e valores.	Dudziak (2010): alicerçada em valores e práticas centradas no desenvolvimento de habilidades nos estudantes quanto ao uso de TIC, também com foco na aprendizagem.	
Decreto 85_2018 de 26 de Dezembro_Extingue ISRI e ISAP+_Cri+ Universidade +Joaquim+Chissano (UJC)	<p><b>Princípios:</b> a) Democracia e respeito pelos direitos humanos; b) Igualdade, equidade e não discriminação; c) Liberdade de criação cultural, artística, científica e tecnológica; d) Participação no desenvolvimento económico, científico, social e cultural do país, da região, do continente e do mundo.</p> <p><b>Valores:</b> a) Reforço da cidadania, do patriotismo, da consciência cívica e ética; b) Liberdade de pensamento e de expressão; c) Valorização da Cultura Académica; d) Autonomia; e) Comprometimento social e comunitário; f) Espírito crítico e ético-deontológico; g) Internacionalização; h) Excelência académica; i) Laicidade; j) Inovação; k) Criatividade.</p>		

**Fonte:** Legislação do Ensino Superior de Moçambique<sup>3</sup>.

Como resultados, foram identificados princípios e valores declarados junto à legislação do ensino superior, mostrados no quadro 2 na quarta coluna, no entanto, nota-se que muitos desses valores e princípios são gerais impactam como um todo a formação nas frentes de pesquisa, ensino e extensão, como ocorre, por exemplo, com relação ao espírito crítico e ético-deontológico, à excelência académica e a internacionalização.

Portanto, a aplicação da cultura informacional na IES ocorre com o desenvolvimento de ações práticas suportadas pela legislação que envolvem membros da organização, no caso, docentes, estudantes, pesquisadores e outros grupos sociais que fazem uso da informação e não raro, de TICs.

Indivíduos pertencem a diversos grupos e se vinculam a diferentes subculturas, os quais recorrem a atitudes e comportamentos que interferem nos processos diários nas IES. Além disso, a TIC é importante na execução de muitas atividades e procedimentos que se consolidaram eletronicamente.

Entende-se que há várias manifestações da valorização da informação, materializados em suporte físico, em bibliotecas digitais e em repositórios destinados a facilitar o registro, o acesso e o uso eficiente da informação. Proliferam-se demonstrações dos valores voltados a cultura informacional na IES, os quais são caracterizados por emergirem em ambientes híbridos auxiliados por planos de ação, costumes, competências e práticas da organização, os quais refletem a CI.

Ademais, os valores oferecem condições para consolidar a CI, bem como criam ou reiteram a necessidade de novos conhecimentos, a aprendizagem de estudantes e a aprendizagem contínua de docentes, da integração e cooperação local e internacional. Junto a isso, a CI integra os determinantes da distribuição hierárquica e de autoridade de acesso à informação e enfatiza a busca de conhecimento científico que contribui para a interação dos indivíduos em ambientes físicos e virtuais.

<sup>3</sup> <https://www.mctes.gov.mz/legislacao-do-ensino-superior/>

Assim, a literatura apresentada, discutida e que sugere a prática da CI nas IES mostra como fundamental a inclusão de políticas, regulamentos e normas de uso da informação nas práticas e ações destinadas à aprendizagem, ao compartilhamento de informação e na pesquisa. Devido ao ambiente proposto para a discussão ser as IES, nota-se também que a literatura reitera questões sobre a formação cidadã e capaz de desenvolver criticidade quanto à informação, valores essenciais e que precisam permanecer no cerne da CI.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura informacional tem interação na gestão, na comunicação e na organização, com ênfase no uso estratégico da informação e muitas vezes, atrelada à TIC. Faz-se necessário o compartilhamento da informação por meio de normas e políticas da IES, estimulando formas aceitáveis e esperadas de comportamento, com foco para investigação, formação, extensão, inovação e internacionalização institucional da IES. Em resposta ao problema de pesquisa lançado na seção de introdução deste artigo, que foi: 'Quais são os valores voltados à cultura informacional para Instituições de Ensino Superior?', considera-se a existência de ambiente complexo, interno e externo da IES, bem como o desenvolvimento de atividades diárias para os indivíduos, fundamentadas em normas, valores, princípios e comportamentos informacionais compartilhados e aceitos na organização.

Tais valores e comportamentos precisam estar fundados em novos conhecimentos, aprendizagem contínua de docentes e discentes, quando se trata de produzir conhecimento científico, e também dos funcionários, quando se trata de produzir conhecimento administrativo que permite o funcionamento da estrutura e da dinâmica organizacional das IES. Os valores também incluem elementos sobre o que é importante em termos de distribuição hierárquica, de acesso, busca e produção de conhecimento científico ou administrativo, destacando-se na legislação a 'participação social, cultural e científica'; 'comprometimento social e comunitário'; 'valorização da cultura acadêmica'; 'Reforço da cidadania'; 'Inovação'; 'Criatividade'; 'Democracia e respeito pelos direitos humanos'; 'Autonomia'; 'Liberdade de pensamento e de expressão'; 'Igualdade, equidade e não discriminação'. Nesse sentido, os valores se voltam para a formação de um profissional que deverá ser capaz de reproduzir esses princípios e valores em sua atuação.

Por fim, sugere-se que a pesquisa avance para avaliar por meio de um estudo de caso os valores, princípios e crenças que percebem seus atores em IES de Moçambique, além de destacar as diferenças cruciais desses elementos na prática, quando comparados ao que sustenta a literatura da Ciência da Informação.

## REFERÊNCIAS

ALA - American Library Association. 1989. Recuperado de: <http://www.ala.org/acrl/publication/whitpapers/presidential>.

ARTILES-VISBAL, S. M.; GARCÍA-GONZÁLEZ, F.. Cultura informacional. Estrategias para el desarrollo de la sociedad de la información y el conocimiento. **Ciencias de la Información**, Cuba, v.1-2, n. 31, p. 49-62, 2000. Recuperado de: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/60117>.

BEZERRA, F. A.; VERAS, J. N.; SILVA, A. S. R.. Cultura Digital na BNCC: Necessidade da Competência Informacional para o Processo Formativo do Professor. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 17, 2023. Recuperado de: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/214243>.

CHOO, C. W.; BERGERON, P.; DETLOR, B.; HEATON, L.. Information culture and information use: an exploratory study of three organizations. **Jornal of the American society for information science and technology**, v. 59, n. 5, p. 792-804, 2008. Recuperado de: <http://choo.fis.utoronto.ca/FIS/ResPub/JASIST2008preprint.pdf>

CHOO, C. W.. Information culture and organizational effectiveness. **International Journal of Information Management**, v. 33, n. 5, p. 775-779, out, 2013.  
Coletânea de legislação do ensino superior. **Revista**. Maputo, set. 2012. Recuperado de: <https://isetoneworld.ac.mz/imagens/phocadownload/Biblioteca/ES/1.LEI 272009.pdf>.

CUEVAS-CERVERÓ, A.; MARQUES, M.; PAIXÃO, P. B. S.. A alfabetização que necessitamos: informação e comunicação para a cidadania. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 2, n. 24, 2014. Recuperado de: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/91881>>.

DUDZIAK, E. A.. Competência informacional e midiática no ensino superior: Desafios e propostas para o Brasil. **Prisma.com**, Portugal, v. 13, p. 220-237, 2010. Recuperado de: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/74442>>.

FERNÁNDEZ, A. P.; PONJUÁN-DANTE, G.. La Cultura Informacional y su delimitación: el caso de los contextos académicos. **Ciencias de la Información**, Cuba, v. 45, 2014. Recuperado de: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/214208>>.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: 2008.

GINMAN, M.. Cultura da informação e desempenho empresarial. **IATUL Trimestral**, v. 2, n. 2, p. 93-106, 1998.

JOHNSON, A. G.. **Dicionário de Sociologia**. Guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T.. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katálysis**, v. 10, n. especial, 2007. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>.

KISILOWSKA, M. S.. Information culture as a new perspective for information science. **Media and Communication Science in Poland**, ago., 2015. Recuperado de: [https://www.researchgate.net/publication/280878545\\_Information\\_culture\\_as\\_a\\_new\\_perspective\\_for\\_information\\_science?channel=doi&linkId=55c9da1108aeca747d68092e&showFullText=true](https://www.researchgate.net/publication/280878545_Information_culture_as_a_new_perspective_for_information_science?channel=doi&linkId=55c9da1108aeca747d68092e&showFullText=true).

LIVRO Verde Para a Sociedade da Informação em Portugal. Missão para a sociedade de informação, Lisboa: 1997.

MARCHAND, D. A; KETTINGER, W. J.; ROLLINS, J. D.. **Information Orientation**: The link to business performance. New YORK, Oxford University Press, 2001.

MARCONI, M A; LAKATOS, E. M.. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo, 2001.

MARTELETO, R. M.. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, 1995. Recuperado de: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/613>.

MORAES, L. B.; BARBOSA, R. R.. Cultura informacional: uma proposta de modelo com foco organizacional. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 3, n. 25, p. 131-146, 2015. Recuperado de: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/92945>>.

PLANO Estratégico do Ensino Superior (2012-2020). Acesso em: 15 mar. 2023. Disponível em: <https://www.pmaputo.gov.mz/por/content/download/5532/39794/version/1/file/Plano+Estrategico+do+Ensino+Superior+2012-2020.pdf>.

RASERA, L. A.. **A cultura e a predisposição para um ambiente de aprendizagem organizacional: um estudo da Isabela S/A**. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial). FGV – Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2002. Recuperado de: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/4075>.

SANTOS, C. D.; VALENTIM, M. L. P.. A temática cultura informacional em teses e dissertações dos programas de pós-graduação brasileiros em Ciência da Informação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 1, n. 12, p. 66-89, 2019. Recuperado de: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/107047>>.

SMITH, M. S. J.; FADEL, B.. Gestão da informação contábil: aspectos técnicos, legais e éticos. **Ibersid: revista de sistemas de información y documentación**, v. 4, p. 73-79, 2010. Recuperado de: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/167393>>.

WOIDA, L. M.. A cultura informacional na Documentação na Espanha. **Ibersid: revista de sistemas de información y documentación**, v. 1, n. 11, p. 67-74, 2017. Recuperado de: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/167855>>.

WOIDA, L. M.. **Cultura Informacional voltada a inteligência competitiva organizacional no sector de calçados de São Paulo**. Dissertação de mestrado (Ciência da Informação) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de filosofia e Ciências, 2008.